

Cyber ativismo e feminismo: o uso de Facebook para fazer cyber feminismo na América Latina

Cyber Activism and Feminism: Using Facebook to Create Cyber Feminism in Latin America

Ciberactivismo y feminismo: Usando Facebook para crear ciberfeminismo en América Latina

Flavia LIMA MOTTA

fclmrocha@gmail.com

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 149, abril - julio 2022 (Sección Tribuna, pp. 163-180)
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
Ecuador: CIESPAL
Recibido: 20-01-2022 / Aprobado: 22-04-2022

Resumo

A discussão sobre o ativismo é algo fundamental para o desenvolvimento em diversos aspectos de uma sociedade. Com a chegada da Era da Informação, essa dinâmica social se adequou às mudanças, dando existência ao cyber ativismo. O presente trabalho analisa a presença do cyber ativismo nas sociedades e a forma como essa dinâmica modificou parcialmente a estratégia de alguns movimentos sociais, como o feminismo. Também são analisados o cyber feminismo praticado na América Latina, a maneira como coletivos, coletivas, grupos e associações feministas dessa região, que possuem páginas e perfis ativos na rede social Facebook, organizam-se para praticar cyber feminismo e de que forma seu trabalho virtual realizado afeta e auxilia mulheres nessas regiões, já que suas páginas virtuais servem como ponte de apoio para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: ativismo, movimento social, redes sociais, cyber feminismo.

Abstract

The importance of activism is essential to the development of different aspects of a society. With the Era of Information, this social dynamic had to adapt to the changes, giving rise to cyberactivism. This paper analyzes the presence of cyberactivism in societies and how this dynamic partially modified the strategy of some social movements, such as feminism. Cyberfeminism practiced in Latin America is also analyzed and how feminist collectives, groups, and associations in that region, which have pages and active profiles on Facebook, organize themselves to practice cyberfeminism, and how it affects and helps women in these regions, since its virtual pages function as bridges of support for women in situation of vulnerability.

Keywords: activism, social movements, social network, cyberfeminism.

Resumen

La discusión sobre el activismo es fundamental para el desarrollo en varios aspectos de una sociedad. Con la llegada de la Era de la Información, esta dinámica social se ha adaptado a los cambios, dando lugar al ciberactivismo. El presente trabajo analiza la presencia del ciberactivismo en las sociedades y la forma en que esta dinámica ha modificado parcialmente la estrategia de algunos movimientos sociales, como el feminismo. También se analiza el ciberfeminismo practicado en América Latina, la forma en que los colectivos, colectividades, grupos y asociaciones feministas de esta región, que tienen páginas y perfiles activos en la red social Facebook, se organizan para practicar el ciberfeminismo y de qué manera. El trabajo virtual que realizan afecta y ayuda a las mujeres de estas regiones, ya que sus páginas virtuales sirven de puente de apoyo a mujeres en situación de vulnerabilidad.

Palabras clave: activismo, movimiento social, redes sociales, ciberfeminismo.

1. Introdução

Dinâmicas socioculturais são a alma de toda coletividade e, entre elas, existe o ativismo, que se faz presente de forma latente, como uma força invisível compartilhada por muitas pessoas em uma sociedade, fazendo-as se movimentarem e lutarem por um ideal comum (Jordan, 2002). O ativismo é o que dá alma a grupos e modifica toda uma estrutura social em prol de uma minoria que busca melhoria e equidade na dinâmica sociocultural de seus locais de morada. Hoje, com a inserção do mundo digital no mundo real e a massificação do uso de redes sociais, as plataformas virtuais se transformaram em extensões de espaços para debate, convertendo-se em *ágoras* digitais, já que esses espaços possibilitam a troca de informações e opiniões entre pessoas em diferentes lugares no mundo, como também dão mais força e visibilidade às lutas sociais – principalmente às que não são incluídas em agendas midiáticas.

Essas mesmas plataformas digitais também proporcionam oportunidade à sociedade de dar visibilidade a atos políticos, como denúncias, reivindicações, registros de atos públicos e demais conteúdos relevantes, além de voz às minorias, como no caso de lutas indígenas, sociais, feministas e muitas outras mais; tudo isso é potencializado através de câmeras de celular e computadores em tempo real, usados como instrumento de comunicação e ponte entre o que acontece no mundo real e no mundo digital, com apenas um clique. Como no caso de alguns países, como a Espanha, onde o movimento 15-M, iniciado no Twitter, deu abertura a uma série de protestos pacíficos em diferentes cidades espanholas com a intenção de promover uma democracia mais ampla naquele país, marcado pelo seu bipartidarismo. Esse movimento cyber ativista conseguiu fazer com que milhões de pessoas fossem às ruas protestar e, como consequência, fez com que o tema sobre democracia entrasse na agenda midiática do país para ser discutido entre governo e sociedade.

Esse fato pode exemplificar, de maneira geral, o impacto que as plataformas digitais e, em especial, as redes sociais promovem nas dinâmicas socioculturais da vida real. A Era da Informação reformulou o ativismo com o cyber ativismo em suas atividades, e o objetivo principal deste estudo de caso é mostrar a relevância do cyber ativismo na luta social feminista e como estes, juntos, causam um impacto positivo na vida de muitas mulheres da América Latina por meio do “trabalho de formiga” feito pelos coletivos, coletivas e associações feministas que se encontram na plataforma social Facebook.

2. Ativismo e seu impacto nas dinâmicas sociais

Quando se fala sobre constituição e desenvolvimento das sociedades, é importante mencionar o papel do ativismo na construção da sua história. Grupos que lutam por questões como equidade de gênero, direito à educação, respeito à orientação sexual, entre outras, surgiram à medida que as sociedades

foram se desenvolvendo e, ao longo das transformações das dinâmicas coletivas, muitos desses grupos tiveram seus direitos cerceados para se expressarem em comunidade, o que gerou a necessidade de uma luta social que lhes desse liberdade de ser quem são. Em outras palavras, a limitação e coerção do exercício de liberdade de alguns grupos minoritários das sociedades gerou a necessidade da presença do ativismo nessas coletividades.

Segundo Portella Battezzini e Reginato (2016), ativismo é o resultado das preocupações de um grupo de pessoas na sociedade que têm a mesma ideologia e o desejo de mudar a dinâmica da comunidade, tanto na esfera pública quanto na privada. Ou seja, são pessoas que visam à melhoria de uma dinâmica social para um grupo considerado minoria dentro dessa comunidade. Essas escolhas surgem de forma individual e ganham força através do processo de construção coletiva, que visa modificar o imaginário coletivo, em prol dessa minoria.

O conceito das autoras mencionadas anda de mãos dadas com o de Jordan (2002) sobre o tema, quando o autor afirma que ativismo é uma ação conjunta de muitas pessoas em uma sociedade que tem uma identidade compartilhada, ou seja, pessoas que compartilham do mesmo valor e ideal e, com esse ponto em comum, tentam mudar dinâmicas sociais. Isso significa que o ativismo é uma maneira socialmente reconhecida de buscar mudanças correspondentes e socialmente úteis, além de ser uma qualidade e forma de conduta interna do ser humano em busca do seu próprio crescimento. Segundo Erich Fromm (1990, citado em Efimovich, 2010), nesse contexto, o crescimento individual impactará seu entorno em prol do progresso social.

Esse impacto social traz resultados positivos para os grupos minoritários, já que o ativismo busca dar voz às minorias de uma sociedade e fazer com que elas tenham participação nas decisões de uma coletividade, o que dá a esses grupos relevância na dinâmica dessas comunidades. Para Pérez Zúñiga, Camacho Castillo e Arroyo Cervantes (2014), sua relevância pode ser considerada como um conjunto de ações comuns efetuadas com a intenção de conseguir atingir uma mudança, tanto na sociedade, quanto na política, economia e em todos os outros âmbitos, com a finalidade de alcançar metas e objetivos comuns.

Ainda segundo Portella Battezzini e Reginato (2016), existem dois tipos de ativismo: o judicial e o social. O primeiro delimita-se somente à área jurídica, enquanto o segundo amplia-se às áreas cultural, social, cibernética e ambiental. Um relevante exemplo sobre grupos de minorias que lutam tanto no âmbito judicial quanto no social é a luta feminista, que busca a igualdade de gênero nas sociedades desde o século XVIII, e conquistou, por meio de protestos, manifestações e outros artifícios, o direito da mulher ao voto, à educação, ao crescimento profissional e a tomar decisões relacionadas ao seu próprio corpo, sendo suas lutas diversificadas e adaptadas às dinâmicas sociais de cada época.

O exemplo do trabalho extenuado ao longo dos séculos do movimento feminista pode ser vinculado ao que defende Le Bon (2016), que afirma que o ativismo é um ator importante na construção e na consolidação da democracia

em uma sociedade e, por isso, muda de acordo com as dinâmicas sociais através da força que as multidões possuem no processo de tomada de decisões em sociedade. E uma das mudanças significativas que cresce a cada década é a inclusão do mundo digital na realidade da maioria dos cidadãos.

3. Cyber ativismo: seu impacto no mundo (casos de 2011) e sua ligação com movimentos sociais

Na Era da Informação em que vivemos, nossas vidas se desenrolam, muitas vezes, através de telas e aparelhos eletrônicos. E isso não exclui as dinâmicas sociais, como o ativismo, posto que os websites hoje servem como ponte de comunicação entre pessoas sem a limitação geográfica. Isso, claramente, muda a dinâmica das lutas sociais, já que, hoje, as estratégias a favor dos direitos são colocadas em prática por meio da internet.

Beltrán (2014) afirma que o cyber ativismo nasceu com a transformação da sociedade e sua necessidade de uma alternativa para obter informações sem a parcialidade dos meios de comunicação, ou seja, com o intuito de levar informação à sociedade sem interferência de atores sociais. Essa nova forma de ativismo permite que acontecimentos nas cidades e países tenham maior visibilidade devido ao que a população publica na internet. O que vai parcialmente de acordo com o que Sierra-Caballero (2018) quando destaca que o cyber ativismo pode ser considerado “uma revolta da imaginação ante o colapso do sistema político tradicional” (p.4), uma vez que os canais virtuais começaram a atuar como plataformas de debates sociopolíticos; também que o cyber ativismo surge a partir de dificuldades econômico-políticas das sociedades.

Em poucas palavras, o cyber ativismo surge da população mais necessitada, já que a internet os possibilita terem voz no espaço cibernético, seguindo uma onda contra-hegemônica. Contudo, esse mesmo ponto é algo que, segundo o autor, deve-se questionar, uma vez que o ativismo rompe a barreira do virtual e suas ações e consequências afetam o real. Por último, ele sustenta que é importante saber se o cyber ativismo é uma forma de ativismo ou se é simplesmente uma repetição de lógicas tradicionais dominantes (Sierra-Caballero, 2018).

Pilar García Corredor (2014) explica que vários autores consideram o cyber ativismo como uma forma de protestar pelos direitos das minorias, e que é tão válido quanto protestos e marchas na rua. Ela exemplifica o impacto do cyber ativismo na sociedade através de fatos, como a Primavera Árabe e seu início no Twitter, e com o caso *colateral murder*, quando um vídeo publicado nas plataformas sociais sobre o homicídio de 12 pessoas, ocorrido no Afeganistão, por militares norte-americanos, resultou em uma grave crise política entre Estados Unidos e Afeganistão.

Segundo Rodríguez (2015), ainda existem autores que defendem a ideia de que o cyber ativismo não pode ser considerado um tipo de ativismo, já que não se faz manifestação social dentro da sala de casa. Marques e Coutinho (2016)

dizem que esse tipo de ativismo é chamado de “ativismo de sofá”. Contudo, protestos como o dos indignados, na Espanha (Ferrerias, 2011), ou o movimento #YoSoy132, no México (Corredor, Castelao e Viveros, 2014), mostram-nos que os movimentos nas redes podem, sim, sair das telas e ir para as ruas, permitindo aos internautas comunicarem-se entre si e marcharem juntos.

Di Felice (2017) fala sobre o termo cyber ativismo, nascido em 1990, e o define como um novo tipo de participação que ocorre graças ao uso de tecnologias digitais, que começa a se manifestar em diversas partes do mundo devido à possibilidade que ele dá a pessoas de diferentes lugares se comunicarem com maior facilidade, o que permite que suas lutas sociais ultrapassem a limitação das barreiras geográficas. Dessa forma, a internet abriu possibilidades para a criação de canais de participação e uma ponte entre causas locais e movimentos globais; igualmente, permitiu conexões entre ativistas e grupos de ativistas ao redor do mundo por meio de “arquiteturas informativas do primeiro tipo de internet para difundir informações, promover o debate coletivo de ideias e a proposta de ações, criando canais de participação para difundir estilos e práticas experimentais de conflitos” (p. 90).

Nesse sentido, pode-se afirmar que esse tipo de ativismo muda as dinâmicas sociais e, inclusive, pode ser a ponte para a mudança de situações significativas na sociedade devido à sua força, que pode chegar a um importante alcance para mudar contextos histórico-políticos e sociais de cidades e países. Contudo, Sierra-Caballero (2016) deixa a indagação sobre o cyber ativismo ser, em parte, a repetição de lógicas dominantes, ou seja, lógicas de grupos que detêm o poder em uma sociedade, o que significa que não é um movimento que consiga romper cadeias sociais.

O que se pode afirmar é que as conexões criadas graças à internet podem fazer com que as publicações alcancem um nível global, algo positivo principalmente para as lutas sociais, pois isso mostra seu impacto e poder de massificação no mundo virtual. Contudo, é importante dar atenção à forma como se massifica esse tipo de informação, uma vez que qualquer material publicado na internet pode ser usado de forma devida ou indevida. Quando publicado de forma indevida e limitada quanto ao seu alcance, o material em questão acaba não sendo bem utilizado, não ampliando o ativismo nas redes.

Com isso, surge o questionamento sobre como alguns movimentos sociais usam o universo virtual em prol de suas lutas e, em especial, o feminismo na América Latina, uma vez que essa região é minada por dificuldades e ainda muito machismo arraigado em suas raízes.

4. Feminismo e as redes sociais na luta pela igualdade e equidade de gênero na sociedade: seu conceito geral e como ele atua na América Latina

Feminismo, segundo a Real Academia Espanhola (2020), é definido como “o princípio de igualdade de direitos da mulher e do homem”, conceito que constitui a base para o trabalho de muitas autoras feministas. Trata-se de uma definição comum em autoras como Varela (2019), Nussbaum (2017), Beauvoir (1976), Martínez (2013), Wolf (2015), Butler (2007) e Valcárcel (1997).

De acordo com Varela (2019), o feminismo é um impertinente porque questiona a ordem estabelecida da sociedade que favorece as necessidades do gênero masculino. Além disso,

o feminismo é um discurso político que se baseia na justiça; uma teoria e prática política articulada por mulheres que, trás analisar a realidade na qual vivem, tomam consciência das discriminações que sofrem pela única razão de serem mulheres e decidem se organizar para acabar com elas, para mudar a sociedade. (Varela, 2019, p. 24)

Um dos pontos tocados por Varela (2019) na primeira parte da sua obra é também a brecha político-econômica que existe entre o alto número de mulheres que trabalham nos continentes asiático, africano e americano, onde grande parte delas produz, mas poucas têm propriedades.

Essa diferença abismal entre produção e propriedade pode mostrar, de certa forma, a brecha de gênero que existe na sociedade latino-americana.

Calcula-se que, na América Latina e na Ásia, as mulheres produzem mais de 50% dos alimentos disponíveis, cifras que na África chegam a mais de 80%. Mas também são elas quem se encarregam de conseguir água e lenha. Em câmbio, essas mulheres são donas de 1% da propriedade, e seu acesso a créditos, ajudas, educação e cultura está tremendamente restringido. (p. 128)

Segundo Cernuda-Canelles (2019), o feminismo é “um movimento que quer conseguir a igualdade através do respeito” (p. 38). Nesse sentido, “o feminismo não se pode explicar sem o machismo” (p. 4), já que o machismo é a imposição da visão de mundo e das regras masculinas sobre a vida e as decisões da mulher, enquanto o feminismo busca a igualdade de gêneros. Ela afirma também que “o feminismo busca a igualdade e a liberdade, e nasce da necessidade e da urgência de acabar com esses privilégios adquiridos e injustos” (p. 8).

Ao citar a brecha de informação que existe entre a sociedade e o correto entendimento sobre o movimento feminista, Cernuda-Canelles (2019) mostra a importância do debate sobre esse tema em esferas públicas para que a sociedade entenda seu papel e importância nas esferas sociais e rompa o misticismo que existe acerca da palavra feminismo, já que esta alude a diversos tipos de

pensamentos; desde os mais machistas, como a submissão da mulher ante o gênero masculino, até os radicais, como a imposição da visão feminina ante o gênero masculino. Devido a essa falta de conhecimento, que ainda é bastante alta, principalmente na América Latina, tanto por homens e até mesmo muitas mulheres, existe ainda uma crença de que o feminismo é ideologia radical e busca a superioridade da mulher frente ao homem. Cernuda-Celles (2019) mostra que o movimento não quer isso e, sim, igualdade entre gêneros.

Lacan (1982, citado em Nye, 1995, p. 180) define o feminismo como a exclusão natural da opinião da mulher na natureza, ou seja, na sociedade. Contudo, Andrea Nye (1995), em sua obra, refuta Lacan ao dizer que o papel da mulher na sociedade já não é de submissão, mas de independência e de poder graças à luta feminista.

O patriarcado configura-se como a dominação dos homens sobre as mulheres (Beauvoir, 1976) e, no sistema patriarcal, a mulher é vista como um produto. Como exemplo, Cernuda-Celles (2019) menciona em sua obra a *pink tax*, que é o imposto extra que dá às empresas a possibilidade de aumentar a precificação dos seus produtos simplesmente pelo fato de serem direcionados ao público feminino. Outro exemplo é dado pela autora Criado Pérez (2020), que explica que os banheiros públicos femininos são construídos com tamanhos iguais para homens e mulheres, porém, não se leva em consideração aspectos essenciais, como: as mulheres são as que geralmente entram com os filhos no banheiro e são o número mais alto de pessoas em situação de deficiência física. Esses são exemplos simples que mostram que a sociedade está estruturada sob o sistema patriarcal e não leva em consideração as necessidades da mulher.

Segundo Válcárcel (1997), “o feminismo é herdeiro direto dos conceitos ilustrados e é um movimento ilustrado por si só” (p. 8), quando se refere ao Século da Ilustração, marcado por revoluções intelectuais originadas na França, e quando o feminismo começou a surgir na sociedade. Nessa época, mulheres começaram a participar de eventos políticos e a emitir opiniões sobre questões político-sociais.

Para Díaz (2016),

o feminismo é além de uma corrente de pensamento cuja essência é a equidade entre homens e mulheres, mas inclui uma maneira de viver e constitui uma cultura. Quando dizemos feminismo, nos referimos a toda uma história de reivindicações das mulheres como seres humanos. (p. 4)

Isso mostra que a definição anterior conversa com a definição de tal luta social feita por Butler (2007), que afirma que este movimento social é em si mesmo uma formação discursiva e resultado da transformação da política de representação do gênero feminino na sociedade.

O feminismo é formado por grande parte do trabalho feito pelas mulheres nas sociedades, trabalhos estes que são expostos ao grande público, dado que,

durante muitos séculos, não se permitia que mulheres debatessem temas relacionados à *polis* ou em seus *oikos*; ou seja, não podiam tomar decisões significativas no âmbito público nem no âmbito privado e, para a mulher, a base principal de sua vida era o amor: o amor à família, aos filhos, ao esposo; elas eram vistas como sensíveis, desequilibradas e inaptas para tomarem decisões (Nye, 1995). Tudo isso sempre foi diferente para os homens, que tinham voz na sociedade e não necessitavam se preocupar com seus filhos e sua educação, sua forma de desenvolver sua parentalidade, seu matrimônio, entre outros aspectos.

No século XX, surge o feminismo, abrindo as portas para discussões importantes, como o patriarcado, igualdade de gêneros, liberdade sexual da mulher e direito ao voto. É nesse século que surgem pensadoras importantes para o movimento, como Simone de Beauvoir e Judith Butler (Varela, 2019). É também nesse século que surge o cyber feminismo, que hoje atua como uma vertente do feminismo, já que foi criado para aproveitar as plataformas virtuais como locais de militância (Varela, 2019).

Essa vertente do feminismo configura-se como uma possibilidade para que pessoas de diferentes classes e sociedades possam ter voz dentro e fora do movimento. Segundo Merida (2019), “trata-se de uma possibilidade mais adentro do amplo abanico que conforma o feminismo para transformar os ‘currículos ocultos’ sobre os que se assentam à desigualdade e a sociedade patriarcal” (p.56).

Portanto, o cyber feminismo vem para diminuir a brecha entre sociedade e movimento, também minimizar lacunas que existem dentro do próprio movimento através de segregações, além de buscar ir além do binarismo que existe na realidade e que pode ser minimamente driblado entre os algoritmos das redes.

5. Metodologia

Para entender melhor sobre o impacto do uso do Facebook no cyber feminismo na América Latina, foi realizada esta pesquisa, de caráter qualitativo, por meio de uma entrevista semiestruturada, composta por 5 perguntas,¹ a grupos, coletivos, coletivas e associações feministas de toda a América Latina que possuem páginas e perfis ativos em tal rede social. Sessenta e sete páginas foram contatadas, porém, somente 28 responderam ao apelo. Após a primeira abordagem, foram realizadas 26 entrevistas: 24 foram via Zoom, com duração entre 30 e 90 minutos; e duas via e-mail, devido ao medo das entrevistadas de sofrerem alguma represália em seus países.

1 As perguntas realizadas às entrevistadas foram: 1. Como nasceu o grupo e qual sua trajetória?; 2. Quais os temas mais trabalhados no grupo? (violência, denúncia de agressores, informações sobre o movimento, aborto, oportunidades de trabalho, violência obstétrica etc.); 3. Quais são as estratégias utilizadas para fazer cyber ativismo (subir *hashtags*, denúncias, vídeos, fotos, etc.); 4. De que modo as integrantes do grupo se relacionam (rede de encontros, reuniões, somente online, etc.); 5. Quais redes de tecido social foram estabelecidas com outros grupos nacionais e internacionais?.

Com o resultado destas entrevistas, criou-se um mapa interativo² e, para a realização do mesmo, foi utilizada a metodologia da cartografia social, que é uma ferramenta de grande importância e, inclusive, é considerada uma forma de educar a sociedade, posto que gera participação de diversos atores sociais de forma crítica, ativa e reflexiva sobre os problemas sociais existentes em comunidades (Habegger e Iulia, 2006; Gallardo Milanés, Martínez Gallardo e Reyes Bermúdez, 2020).

6. Cyber Feminismo na América Latina: resultado da análise de grupos feministas, seus posicionamentos e formas de utilização de suas páginas no Facebook

Para escapar um pouco do preconceito e da falta de inclusão nas agendas midiáticas, o movimento feminista na América Latina encontrou uma forma de alcançar o máximo de pessoas possíveis através de algumas redes sociais virtuais, entre elas, o Facebook. Para entender um pouco melhor sobre este estudo de caso, o impacto desta rede no trabalho dos grupos, coletivos, coletivas e associações feministas e o resultado de tal estudo, serão explicadas brevemente as perguntas selecionadas e sua relevância para esta pesquisa.

A primeira pergunta se buscou entender o surgimento e a trajetória dos grupos, coletivos, coletivas e associações entrevistadas, e o que as levou a criar tais grupos. Nas respostas, determinou-se que há diferentes motivações suas criações, que são de tipo: pessoal, político e social.

Um exemplo de criação por motivo pessoal é o coletivo *Famílias unidas por justicia: ni una asesinada más*, localizado no Peru, fundado em 2019 após uma das fundadoras haver perdido sua filha de 19 anos, vítima de feminicídio - assassinada pelo ex-namorado.

Já a associação *Mujeres Creando Santa Cruz*, da Bolívia, foi fundada por motivações políticas, já que a região oriental desse país é bastante marcada pela normalização de atos abusivos contra minorias, como mulheres, indígenas e negros.

A associação *Las Malcriadas*, localizada no Nicarágua, foi criada em 2018 devido a uma motivação político-social, particularmente orientada a temas de saúde pública em meio a um estalido social, quando muitas nicaraguenses se viram na obrigação de se esconder em trincheiras para preservar suas vidas.

Por fim, coletivo *Generación Feministas "Chonas"*, criado em 2017 em Honduras, teve sua motivação de caráter social. O grupo, composto por 10 mulheres com formações diversas, desde o profissional até os níveis práticos da vida, trabalha para desconstruir discursos de ódio que vão contra a dignidade e o direito em essência do gênero feminino.

2 Mapa interativo pode ser acessado através do link <https://view.genial.ly/5f94cb78df557b0d1e596477/interactive-content-ciberfeminismo-en-america-latina>.

A segunda pergunta foi pensada para conhecer os temas com os quais esses grupos, coletivos, coletivas e associações mais trabalham. Após analisar as entrevistas, foram levantados os seguintes temas: denúncias, aborto, apoio, formação e maternidade.

A temática *denúncias* faz referência a casos de estupro, abuso, assédio e feminicídio. Este último adverte sobre a existência de agressores, estupradores e seus respectivos crimes. Nessa temática, foi observado que os grupos, coletivos, coletivas e associações entrevistados usam suas páginas no Facebook para alertar as mulheres da região sobre esses criminosos e para tentar emplacar tais temas nas agendas midiáticas locais, já que são assuntos não divulgados amplamente. Como, por exemplo, Celia Moreno, criadora do grupo *Feminismo Panameño*, do Panamá, que explica que esse país possui um alto registro de violência e assédio moral na rua (conhecido como *violencia callejera*). Preocupada com os dados, Moreno decidiu criar uma série de publicações com relato de jovens e adultas que sofreram algum tipo de assédio verbal ou físico na rua, e os publicou de forma anônima no grupo para que essa informação chegasse a conhecimento público como forma de alerta.

Na temática *aborto*, os grupos, coletivos, coletivas e associações entrevistados promovem em suas páginas informação sobre a despenalização³ e descriminalização do aborto, como também disseminam materiais informativos sobre o tema e denúncias de vítimas fatais de procedimentos legais e ilegais de interrupção de gestação. Um exemplo é a coletiva *EntreNosotras*, da Venezuela, que usa a plataforma Facebook para prestar ajuda a mulheres que não têm a possibilidade de interromper sua gestação e necessitam de apoio médico, econômico e psicológico. Segundo Caribay, representante dessa coletiva, a página virtual serve de ponte entre mulheres que estão em situação de vulnerabilidade e profissionais que possam ajudá-las.

Já a temática *apoio* busca promover assessoria social, jurídica, psicológica e/ou econômica às mulheres que se encontram imersas em diversos conflitos. A *Red de Psicología Transfeminista*, da Colômbia, por exemplo, criada em 2020 durante a pandemia mundial, que atendeu gratuitamente mais de 100 pessoas diagnosticadas com algum tipo de patologia mental. Segundo a fundadora da rede, Betina Ticoulat, a equipe ofereceu ajuda a mulheres em situação de risco (ameaça de suicídio) pela rede e, hoje, elas se encontram emocionalmente estabilizadas.

Na temática *formação*, pôde-se encontrar páginas dos grupos, coletivos, coletivas e associações entrevistados que informam sobre cursos, *workshops* e capacitações para mulheres a fim de contribuir na reinserção delas no mercado laboral de distintos setores – desde diaristas a professoras universitárias. Como exemplo, temos a organização *Themis – Género, Derechos Humanos e Justiça*, do Brasil, que compartilha conhecimento jurídico em sua página para, desse modo,

3 No Panamá, Nicarágua e El Salvador, por exemplo, as mulheres que sofrem aborto espontâneo podem ser penalizadas judicialmente (Aguilar, B.H.K. et al, 2018).

fazer com que muitas mulheres conheçam as leis que protegem a população desse gênero. Ao mesmo tempo, o grupo assessora mulheres que estejam em situação de vulnerabilidade.

Por último, na temática *maternidade*, os grupos, coletivos, coletivas e associações entrevistados usam suas páginas para trabalhar temas como violência obstétrica, maternidade solitária, dificuldades sobre maternidade e informações e conflitos sobre o assunto. A *Rede Ama*, do Brasil, por exemplo, serve como ponte entre mulheres grávidas e/ou já mães para que possam intercambiar experiências, apoio emocional e informações sobre profissionais médicos de confiança. Segundo Valná Dantas, uma das fundadoras da Rede, esse tecido social chegou a unir mais de 300 mulheres em seu primeiro ano, que até hoje têm contato entre si.

Na terceira pergunta, buscou-se estabelecer quais eram as estratégias utilizadas pelos grupos, coletivos, coletivas e organizações para fazer cyberativismo em suas páginas. Com isso, identificou-se que as entrevistadas usam algumas formas para atrair o interesse dos seguidores em suas páginas e tentar alcançar o máximo possível de atenção do algoritmo por meio de publicações e da opção “gostar” do Facebook. Usam vídeos, fotos e *hashtags* para levar temas aos *trend topics*, além de transmissões ao vivo em suas páginas.

Um exemplo dessa prática é o coletivo *Conamuri*, do Paraguai, que usa suas plataformas para criar uma contra-hegemonia frente ao monopólio dos meios empresariais deste país e promover a diversificação de opiniões e pensamentos na sociedade, como explica Alicia Amarilla, representante do coletivo.

Na quarta pergunta, o propósito foi conhecer o modo como as integrantes dos grupos, coletivos, coletivas e associações entrevistados relacionam-se: a ideia era entender se a relação das entrevistadas com o grupo era somente de modo virtual ou se faziam encontros presenciais sistemáticos.

Na última pergunta, tentou-se entender se os grupos, coletivos, coletivas e associações entrevistados estabeleceram algum tipo de tecido social com outros grupos similares, a nível nacional e internacional. É importante esclarecer que tecido social é entendido como uma forma de nomear as relações entre pessoas que buscam uma base para a relação entre parentes, pessoas de uma comunidade ou grupo social para, dessa forma, criar uma rede de apoio mútuo e solidário que tenha como objetivo o bem-estar de todos e todas as pessoas que fazem parte desta rede (Téllez Murcia, 2010). Visto dessa maneira, identificou-se que todos os grupos entrevistados reconheceram a existência dessas redes em suas dinâmicas.

Como exemplo, apresentamos o coletivo *Mujeres em Red para la Igualdad de Género*, situado no México, que afirma que as redes que elas teceram são mais fortes a nível nacional e que, por meio delas, puderam ajudar de diversas formas mulheres em situação de vulnerabilidade. Dado que o coletivo é liderado por psicólogas, quando chegam casos de violência, elas entram em contato com outros grupos, coletivos, coletivas ou associações feministas que possam

assessorar essas mulheres, enquanto tais grupos, quando possuem casos de mulheres que necessitam de atenção psicológica, entram em contato com elas.

7. Discussão

Graças às entrevistas realizadas neste estudo de caso, pôde-se chegar à conclusão de que sim, existe um cyber feminismo forte na América Latina e ele ajuda a transformar a sociedade através das pontes criadas entre grupos, coletivas, coletivos e associações e mulheres em situação de vulnerabilidade (Beltrán, 2014).

Além disso, identificou-se que existem tem três tipos de motivações para que esses grupos, coletivas, coletivos e associações sejam criados, que são: motivação política, pessoal e/ou social.

A motivação política leva aos coletivos, coletivas, grupos e associações a proporem projetos para modificar legislações lesivas para as mulheres, como é o caso da Argentina, com grupos identificados com lenços verdes a favor do aborto legal, seguro e gratuito, ou os grupos que utilizam as plataformas sociais como complemento na luta a favor da despenalização do aborto.

Essa motivação também leva grupos feministas a lutar por leis que protejam a integridade da mulher. Assim, esses conjuntos de pessoas apresentam projetos de lei que penalizam casos de violência de gênero ou qualquer outro crime contra a mulher, como é o caso de coletivos e coletivas do Peru, que mostram a função das mulheres como atores em busca de mudanças nas dinâmicas sociais de seus países graças à participação no cenário político.

Por outro lado, a motivação pessoal leva à criação de redes de apoio entre mulheres que vivenciaram situações similares, a exemplo de uma gravidez (desejada ou não), a perda de uma parente vítima de feminicídio, violência de gênero, entre outros.

Finalmente, a motivação social é caracterizada pela necessidade de mudar o ambiente hostil contra as mulheres e proporcionar a elas ferramentas que as permitam ter melhor formação, maior acesso às informações e as sensibilizem sobre o feminismo e sua importância na sociedade.

Outra conclusão obtida através desta pesquisa é sobre os temas mais recorrentes trabalhados pelos grupos, que são: *aborto, denúncia, apoio, formação e maternidade*. Temas essencialmente ligados à mulher e seus percalços na sociedade e, quando estes não são *debatidos, favorecem às necessidades do gênero masculino* (Varela, 2019). A preferência por tais temas mostra a necessidade de que se exista uma melhor estrutura para otimizar a dinâmica nas sociedades latino-americanas a favor dos direitos das mulheres, bem como representa a maneira como as mulheres estão se organizando para fazer dessas mudanças uma realidade.

No tema aborto, os grupos, coletivos, coletivas e associações entrevistados lutam pela despenalização da interrupção da gravidez, já que, em alguns países latino-americanos, o aborto espontâneo pode levar a mulher à prisão.

Com relação ao tema denúncia, as entrevistadas utilizam as páginas para dar voz às mulheres que sofreram algum tipo de maltrato de gênero, a fim de que a sociedade tenha conhecimento desses crimes contra a mulher. Esses espaços virtuais também servem para compartilhar histórias de mulheres que passaram por situações de assédio ou estupro, de forma anônima, para tornar públicos esses problemas graves que ainda permeiam nossas sociedades. Alguns grupos não publicam fotos de assediadores ou assassinos por questões legais, já que há registros de casos em que um grupo compartilhou fotos de um suposto assediador que, posteriormente, foi julgado inocente.

Sobre o tema apoio, foi verificado que alguns dos grupos utilizam suas páginas como ponte entre profissionais e mulheres que estão em situação de vulnerabilidade para lhes dar apoio jurídico, econômico, psicológico ou emocional.

No tema formação, as entrevistadas usam plataformas para transformar positivamente a sociedade ao postar materiais pedagógicos sobre feminismo, direitos da mulher, patriarcado, entre outros. Finalmente, o uso das suas plataformas digitais permite que criem uma rede de apoio entre gestantes e mães, com o propósito de poder compartilhar experiências e de que elas possam se ajudar entre si.

Nas entrevistas, além de confirmar o uso do Facebook e sua importância para esses grupos, coletivos, coletivas e associações feministas da América Latina, identificou-se também a forma como eles constroem suas estratégias nesta rede social para divulgar seus conteúdos: isso é feito por meio de fotos, vídeos, *lives* (ao vivo) e usando a opção “compartilhar”. Com esses recursos, as entrevistadas afirmam que conseguem obter um alto impacto no mundo virtual para conscientizar, informar ou denunciar (casos de violência de gênero ou feminicídio), atingindo o maior número de pessoas possível, o que mostra a força do cyber feminismo, que aproveita plataformas virtuais para serem locais de militância mesmo ante as dificuldades sociais enfrentadas tanto pelos grupos, quanto pelas mulheres que os contatam (Sierra-Caballero, 2018). Contudo, algumas das entrevistadas concordam que existem bolhas virtuais determinadas pelos algoritmos das páginas, que limitam o alcance das publicações e, portanto, restringem a entrega das postagens a um número reduzido de pessoas.

Igualmente, os grupos, coletivos, coletivas e associações entrevistadas consideram de suma importância o uso das redes sociais para que alcancem seus objetivos e desenvolvam suas atividades como ativistas, já que são canais de comunicação para chegar às mulheres que estão em situação de vulnerabilidade e, além disso, são um método mais fácil para que as mulheres se conectem com esses grupos de pessoas.

8. Considerações finais

Com a chegada dos aparatos tecnológicos e sua utilização pela grande massa, nota-se que o mundo virtual e o mundo real já não são tão distantes um do outro. Eles se mesclam, inclusive quando se trata de movimentos sociais. Redes sociais, como Facebook se tornaram ágoras virtuais, onde temas, como o feminismo, são debatidos de forma instantânea por pessoas conectadas em diferentes lugares do mundo. E, na presente pesquisa também se concluiu que:

Existe uma relevância no uso das redes sociais para fazer ativismo na América Latina e, em especial, para grupos feministas, já que Facebook se torna uma plataforma-ponte entre grupos, coletivos, coletivas e associações feministas e mulheres em situação de vulnerabilidade. Ou seja: é a forma de contato entre elas.

Esses grupos possuem motivações próprias para suas criações, seja pessoal, política ou social.

Foi verificado que existem 5 principais temáticas trabalhadas nos grupos entrevistados, que são: denúncia, aborto, apoio, formação e maternidade e todos os grupos disponibilizam algum tipo de ajuda às mulheres que os contatam via facebook (e em pessoa também).

Todos os grupos afirmam ter um tecido social, seja regional, nacional ou internacional e afirmam que Facebook os ajuda a fortalecer e/ou ampliar seus tecidos sociais através desta plataforma. E, a existência desse tipo de tecido permite que seja mais ampla a assistência a mulheres, já que as redes de apoio podem colaborar em casos difíceis; quando um determinado grupo, coletivo, coletiva ou associação não tem a capacidade para resolvê-los, podem encaminhá-los para grupos que possam, de fato, ajudar no caso. Além disso, os tecidos criados facilitam o intercâmbio de experiências e promovem a colaboração recíproca para melhorar as formas de luta social do feminismo.

Por *último*, foi constatado que sim, o cyber ativismo na luta social feminista causa um impacto positivo na vida de muitas mulheres da América Latina por meio do “trabalho de formiga” feito pelos coletivos, coletivas e associações feministas que se encontram na plataforma social Facebook.

Referências bibliográficas

- Aguiar, B.H.K. et al. A legislação sobre o aborto nos países da América Latina: uma revisão narrativa. *Com. Ciencias Saúde*. V.29. n.1, p: 36-44, 2018. Disponível em: <http://www.escs.edu.br/revistaccs/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/133>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- Alves, S. (03 de noviembre de 2020). *Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina em sentença inédita de “estupro culposo” e advogado humilhando jovem*. Fonte: The Intercept Brasil: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>
- Beauvoir, S. (1976). *Le deuxième sexe*, I. Paris: Gallimard.

- Beltrán, G. (2014). Los movimientos de la sociedad. Descolocación, reajustes y cambios desde las tecnologías. En J. Rincón, & C. Corredor, *Movimientos sociales e internet* (pp. 7-17). Bogotá: Universidad Javeriana.
- Bonavita, P., Presman, C., & Camacho Becerra, J. (2020). Ciberfeminismo. Viejas luchas, nuevas estrategias: el escrache virtual como herramienta de acción y resistencia*. *Anagramas Rumbos y Sentidos de la Comunicación*, 18, 159-180.
- Butler, J. (2007). *Gender trouble*. Routledge book.
- Cernuda-Canelles, G. (2019). *Atrapados en el feminismo*. Indicios.Criado Perez, C. (2020). *La mujer invisible*. Seix Barral.
- Corredor, C., Castela, I., & Viveros, E. (2014). *Movimientos sociales e internet*. Bogotá: Universidad Javeriana.
- Coutinho, S., & Marques de Vasconcelos Filho, J. (2016). *o ativismo digital brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Díaz, T. (2016). Palabras que definen: Cuba y el feminismo nuestroamericano. En *Movimientos de mujeres y lucha feminista en América Latina y el Caribe*. Clacso.
- Di Felice, M. (2017). *Net-ativismo*. São Paulo: Paulus.
- Efimovich, V. (2010). Naturaleza y esencia del activismo. *Universidad Autónoma del Estado de México*, 18, 131-140.
- Ferreras, E. (2011). *El movimiento 15-M y su evolución en Twitter*. Obtenido de Telos: <https://telos.fundaciontelefonica.com/archivo/numero089/el-movimiento-15-m-y-su-evolucion-en-twitter/>.
- Gallardo Milanés, O. A., Martínez Gallardo, L., & Reyes Bermúdez, A. (2020). Educación ambiental e cartografía social: experiencias en una comunidad de Holguín, Cuba. *Sociedade & Natureza*, 601-613.
- Habegger, S., & Iulia, M. (14 de abril de 2006). *Unicen*. Obtenido de Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires: http://beu.extension.unicen.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/123456789/365/Habegger%20y%20Mancila_El%20poder%20de%20la%20cartografia%20social.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Jordan, T. (2002). *Activism! Direct action, hacktivism, and the future of society*. Foci.
- Le Bon, G. (2016). *Psychologie des foules*. Brussels: Ultraletters.
- Lima, D. (03 de noviembre de 2020). *CNJ vai analisar conduta de juiz do caso Mariana Ferrer*. Obtenido de CNN: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/11/03/cnj-vai-analisar-conduta-de-juiz-e-promotor-do-caso-mariana-ferrer>.
- Martínez, A. (2019). De la tradición al activismo en las redes sociales. *Tiempos de paz*, p. 77-85.
- Martínez, M. (2013). "Ninguna guerra en mi nombre": feminismo y estudios culturales en latino américa. Ciudad de México: Nomadas.
- Mérida, J. (enero de 2019). Ciberfeminismo: una perspectiva desde las aulas, pp. 51-56.
- Núñez Puentes, S., Vázquez Cupeiro, S., & Fernández Romero, D. (2016). Ciberfeminismo contra la violencia de género: análisis del activismo online-offline y la representación discursiva de la víctima. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 861-877.
- Núñez Puente, S., & Sánchez Hernández, M. F. (2014). *Prácticas del ciberfeminismo*. España: Universidad Rey Juan Carlos.
- Nussbaum, M. (2017). *Las mujeres y el desarrollo humano*. Barcelona: Herder.
- Nye, A. (1995). *Teoria feministas e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- Pérez, R., Camacho, O., & Arroyo, G. (30 de julio de 2014). Las redes sociales y el activismo. 7.

- Pilar García Corredor, C. (2014). Los movimientos sociales y los pasajes digitales: convergencias de un horizonte político alrededor del sujeto. En *Movimientos sociales e internet* (pp. 73-96). Bogotá: Universidad Javeriana.
- Portella Battezzini, A., & Reginato, K. (2016). Ativismo popular e o papel das mídias digitais: reflexos de um novo modelo de exercer democracia no cenário contemporâneo e seus impactos na esfera política. *Revista de Direito Brasileira*, 173-184.
- RAE. (2020). Obtenido de Real Academia Española: <https://dle.rae.es/feminismo>.
- Recuero, R. (2009). *Redes sociais na internet*. Brasil: Sulina.
- Rodríguez, F. (2011). *El movimiento 15-M y su evolución en Twitter*. Obtenido de Telos: <https://telos.fundaciontelefonica.com/archivo/numero089/el-movimiento-15-m-y-su-evolucion-en-twitter/>.
- Sierra-Caballero, F. (2018). Ciberactivismo y movimientos sociales. El espacio público oposicional en la tecnopolítica contemporánea". *Revista Latina de Comunicación Social*, 980-990.
- Tascón, M., & Quintana, Y. (2014). *Ciberactivismo*. España: Catarata.
- Téllez Murcia, E. I. (2010). El sentido del tejido social en la construcción de comunidad. *Polisemia*, 9-23.
- Valcárcel, A. (1997). *La política de las mujeres*. Epublibre.
- Valderrama, R. (2013). Diagnóstico participativo con cartografía social. Innovaciones en metodología Investigación-Acción Participativa (IAP). *Anduli*, 53-66.
- Varela, N. (2019). *Feminismo para principiantes*. Barcelona: Penguin Random House.
- Vélez, I., Rátiva, S., & Varela, D. (Julio de 2012). Cartografía social como metodología participativa y colaborativa de investigación en el territorio afrodescendiente de la cuenca alta del río Cauca*. *Revista colombiana de geografía*, pp. 59-73.
- Wolf, N. (2015). *The beauty myth*. London: Vintage.

